

(Eixo temático: “Política e gestão da educação e sistema nacional de educação”)
**A PÓS-GRADUAÇÃO NO CONTEXTO DAS ATUAIS EXIGÊNCIAS DA
SOCIEDADE PRODUTIVA**

Larissa Maria da Costa Fernandes¹
larissamfernandes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A década de 1970 foi considerada o marco de uma nova configuração da sociedade mundial, provocada por um movimento de reestruturação do capital, que, em crise, buscava estratégias de sobrevivência. Esse processo sofreu influências do desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação, do processo de globalização e das ideias neoliberais, provocando a reestruturação do setor produtivo, que passou a ser mais ágil e flexível para atender às novas demandas do capital. As novas exigências da sociedade produtiva transformaram o conhecimento em chave do desenvolvimento econômico e social dos Estados-nações, e este foi considerado pelos organismos internacionais, entre eles o Banco Mundial e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) uma estratégia para que os países saíssem do estágio de subdesenvolvimento e se inserissem no mundo competitivo e globalizado. Dessa forma, a educação e em especial a educação superior, pela sua própria função de produzir conhecimento, passou a ser fundamental nesse processo.

Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da educação superior, principalmente em nível de pós-graduação, para as sociedades atuais, tomando como referência o processo de globalização e a reestruturação produtiva, responsáveis pelas mudanças ocorridas no campo educacional na atualidade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que procura analisar quais as repercussões que essas mudanças tiveram na determinação de uma nova configuração para esse nível formativo. O trabalho está estruturado em três partes, a primeira discute o processo de globalização e as repercussões para a educação superior; a segunda faz uma breve discussão do processo de reestruturação produtiva, procurando evidenciar as novas exigências para o campo educacional; e por fim, discute as atuais políticas adotadas pelo Estado para a pós-graduação brasileira. O estudo aponta que a partir de 1990, a educação superior passou por uma série de modificações relacionadas às exigências do mundo produtivo, tornou-se mais flexível e diversificada para atender as atuais demandas e que essas diretrizes foram incorporadas aos Planos de Pós-Graduação elaborados no período, gerando profundas alterações na forma de conceber esse nível de formação.

1 O processo de globalização e as repercussões para a educação superior

Apesar de não ser novo, o processo de globalização se consolida e se intensifica com o atual estágio de desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), caracterizando-se como um fenômeno presente na sociedade e firmando-se de tal maneira que se tornou irreversível, pois possibilitou a internacionalização e a

interdependência de vários segmentos da sociedade em escala mundial. De acordo com Seixas (2001, p. 211), a globalização pode ser entendida como:

[...] a intensificação das relações sociais que ligam localidades distantes [...]. O conceito de globalização procura traduzir a crescente interdependência mundial a nível económico, político e cultural. Caracteriza, assim, a crescente transnacionalização dos sistemas de produção, a crescente constituição de organizações supranacionais, de âmbito regional ou global, governamentais e não governamentais, o desenvolvimento dos meios de comunicação e informação e as deslocações maciças de pessoas, enquanto turistas, emigrantes ou refugiados.

Esse fenômeno, como processo histórico, é marcado por continuidades/descontinuidades e, na atualidade, foi utilizado pelo capitalismo como uma estratégia para enfrentar a crise do modelo de acumulação vigente no período compreendido de 1973 até os dias de hoje. A globalização foi se configurando como meio de construir uma nova economia e uma nova sociedade, com fronteiras cada vez mais inexistentes e que une mercados do mundo todo em nível local e global. De forma mais prática, por exemplo, assistimos esse processo concretizar-se no corpo de empresas multinacionais que crescem tendo em vista o mercado global e, em relação à educação, no corpo de instituições de nível superior que, cada vez mais, ganham espaço para se expandirem em localidades diversas. Para Castro e Lauande (2009, p.148),

[...] os países não se inserem nessa nova lógica da mesma forma e nem em igualdade de condições: sua inserção depende de seu desenvolvimento histórico, de sua cultura, suas instituições e, principalmente, do entendimento que o Estado tem sobre o desenvolvimento das tecnologias.

Trata-se, portanto, de um processo complexo, por abranger aspectos ligados, entre outros, à economia, ciência, tecnologia, comunicação, educação, cultura e política e contraditório, pois os principais meios tecnológicos ainda são pouco acessíveis, o que deixa os setores das camadas menos favorecidas economicamente à margem do mercado tecnológico.

Nesse contexto, as TICs assim como sua produção se caracterizam, muitas vezes, como elementos que alargam as disparidades econômicas entre os países que produzem conhecimento/tecnologia e os países que apenas as consomem, acentuando cada vez mais as desigualdades e produzindo certa dependência entre tais países. Fato intensificado por meio da reestruturação produtiva, que transformou o conhecimento em um bem que necessita ser, constantemente, renovado e/ou (re)configurado.

A globalização, portanto, articula economia, ciência, tecnologia e comunicação, orientada pela lógica que define o livre mercado, pois a ruptura de fronteiras tende a enfraquecer governos e fazer com que “[...] mercados se unifiquem e se dispersem, da mesma forma em que impõe a lógica da exclusão, observada no mundo da produção, do comércio, do consumo, da cultura, do trabalho e das finanças” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2006, p. 76).

A corrida pelo protagonismo econômico mundial dos Estados-nações emergentes, com a suposta ideia de independência financeira, significa de longe a superação da

dependência, mas se concretiza na maior parte das circunstâncias pelo estreitamento de relações de interdependência (GUIMARÃES, 2008). Caracteriza-se, sobretudo, como um processo que se associa frequentemente às esferas nas quais prevalecem os interesses dos países mais avançados os quais mantém as economias soberanas em patamares cada vez mais altos e as economias mais frágeis cada vez mais excluídas da competição mundial. Trata-se, portanto, da promoção de uma interdependência vinculada aos mais altos níveis de exploração do capital em escala global.

No entanto, é importante destacar que, segundo Neves, Raizer e Fachinetto (2007, p.3), “[...] por mais contraditório que o processo de globalização possa ser, ele abre espaço para possibilidades de reorganização das teias de relações sociais e econômicas em escala mundial e para o tratamento de novas questões [...]”. Isso ocorre, por exemplo, com a disseminação, em escala universal, dos problemas ambientais, bem como com os interesses de organismos internacionais, como o Banco Mundial, o qual visa um maior poder de governabilidade em âmbito global.

A nova configuração de sociedade, possibilitada pelo desenvolvimento das tecnologias e da comunicação, “[...] rompeu com as limitações impostas pelas dimensões espaço/tempo, destruindo a verticalização da produção e fragmentando o trabalho para longe de um único espaço físico” (DUPAS, 2001, p. 25), fazendo surgir a crescente necessidade da população trabalhadora dos países economicamente frágeis elevarem seus níveis de qualificação em qualquer que seja a área de atuação profissional a qual esteja inserida, com o objetivo de se tornar mais empregável em uma economia global, cada vez mais ativa e em constante mudança. Acerca da importância da educação superior no contexto da globalização, Seixas (2001, p. 212-213) afirma:

A globalização econômica aumenta a competição internacional e a necessidade de investir nas novas tecnologias. O papel do ensino superior é, por conseguinte, crucial. Não só se exige uma maior eficiência dos sistemas na formação de trabalhadores altamente qualificados, mas também na componente de investigação e desenvolvimento. Exige-se do ensino superior a descoberta de novos produtos e processos necessários para manter a posição nacional na economia mundial.

Fica evidente que a globalização fez com que o nível médio de escolaridade exigida para o mercado de trabalho em todo o mundo aumentasse significativamente e, assim, a educação de nível superior passasse a se caracterizar como peça-chave das políticas públicas de modo geral, por ser ela a responsável pela maior parcela da formação humana para o trabalho complexo (NEVES; PRONKO, 2008).

A nova ordem social, movida, sobretudo, pelos que dominam o conhecimento e a tecnologia de ponta, faz com que os países ditos de “terceiro mundo”, como é o caso dos países da América Latina, considerem a necessidade de priorizar a educação para que possam competir por um papel ativo no mundo globalizado, que abre, gradativamente, espaços para as iniciativas de livre comércio, inclusive o de educação.

De modo geral, o processo de produção do conhecimento, bem como o desenvolvimento de inovações atreladas ao mundo tecnológico, se encontra nas grandes universidades estatais, entretanto, a atual política de expansão da educação de nível superior tem priorizado instituições educacionais não relacionadas à pesquisa, o que nos faz refletir acerca do real papel dessas instituições frente à corrida pelo desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, a função da educação superior tem sido reduzida cada vez mais à utilidade,

eficácia e competência, próprias do setor produtivo, onde o saber fazer/saber prático é o mais valorizado, deslocando as atitudes de pesquisa a um plano menor (GUIMARÃES, 2008).

Apesar de observarmos um crescimento acentuado da educação superior em nível de graduação nos últimos anos, especialmente na esfera privada, vemos também o incentivo à expansão da pós-graduação, como espaço de pesquisa e promoção de desenvolvimento acadêmico e científico desse país. Para tanto, além da oferta em nível nacional, tem crescido o incentivo do Estado brasileiro para a formação em nível de pós-graduação fora do território nacional, fato que se perpetua desde o início da história da educação superior no país, mas que no momento apresenta contornos mais expressivos.

2 Das mudanças no mundo do trabalho às novas exigências para a educação superior

Ao longo da história das civilizações, o saber sistematizado sempre foi produzido nas relações sociais e apropriado privadamente. Sua apropriação por grupos ou países tem determinado a soberania e a hegemonia das nações nos diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo, principalmente na sua fase compreendida entre as últimas décadas do século XX e início do XXI, haja vista que o conhecimento tem se configurado como ferramenta para a evolução dos meios de produção.

As mudanças ocorridas no campo educacional têm sido atreladas às modificações e exigências do setor produtivo, ou seja, pautadas em função do modelo de produção vigente em cada período. Na atualidade, esse processo se intensifica pela constante evolução das tecnologias de informação e comunicação e da sua utilização para satisfazer a demanda do setor consumidor, fato melhor observado a partir do final da década de 1960, com a decadência do modelo fordista de produção, modelo esse marcado pela rigidez dos processos e serviços. De acordo com Harvey (2011), entra em cena um modelo de produção mais ágil e flexível de acumulação do capital, denominado de “acumulação flexível”, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta, o qual “caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2011, p. 140).

Nesse novo modelo, são priorizadas as demandas do consumidor, traduzidas na quantidade e na diversidade de produtos que são pensados a partir das exigências dos clientes/consumidores. Além disso, o setor de serviços surge com mais força, sendo responsável por um número significativo de postos de trabalho. Esses dois setores, o da produção material e o de serviços, se modificam internamente de maneira a exigir maior capacidade de ação na resolução de problemas nos diferentes postos de trabalho, trazendo um novo redimensionamento para o campo da educação. Há, assim, uma grande importância dada ao conhecimento na sociedade de serviços e o surgimento de novas ocupações ligadas aos setores econômicos e sociais relacionados ao desenvolvimento das tecnologias e das informações.

É exigido dos trabalhadores competências e qualificações elevadas para lidar com a complexidade e flexibilidade de situações de trabalho, portanto, uma formação que os torne aptos a diversificadas funções no processo de produção e dentro de cada função a competência de resolver os mais diversos problemas. A flexibilidade é, por consequência, uma característica do mercado, que é incorporada pelos outros setores da sociedade.

É uma sociedade também fortemente marcada pela ideia de inovação² constante, e que por isso é denominada por autores adeptos do neoliberalismo e pelos organismos

internacionais como “sociedade do conhecimento e/ou da informação”, pelo fato de ser marcada por um expressivo crescimento da disseminação de informação, impulsionada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, as quais evoluíram significativamente após o desenvolvimento da microeletrônica. A ideia de sociedade do conhecimento e da informação foi produzida pela transformação do capital e da ciência, articuladas às mudanças tecnológicas referentes à circulação da informação. Assim, o fator que se torna mais importante é o uso intensivo dos conhecimentos e da informação, pois nessa lógica esses se tornam forças produtivas, passando a compor o próprio capital, que depende disso para a sua acumulação e reprodução, sendo a sociedade contemporânea regida em consonância com as leis de mercado, nas quais prevalecem a busca pela eficiência e eficácia dos resultados.

Observamos, desse modo, uma sociedade em busca por maior quantidade de informação a ser adquirida com certo caráter de urgência. Essa informação deve ser apreendida e transformada em conhecimento. Sobre isso, Hargreaves (2003, p. 33) acrescenta que:

Nesta sociedade da informação, que está a mudar constantemente e que se cria a si própria, o conhecimento é um recurso flexível, fluido, sempre em expansão e em mudança. Na economia baseada do conhecimento, as pessoas não se limitam a receber e a utilizar a informação externa dos “peritos” das universidades e de outros locais. O conhecimento, a criatividade e a invenção são intrínsecos a tudo o que elas fazem.

Ou seja, há uma estreita relação entre informação e inovação, na qual o uso da informação, uma vez transformada em conhecimento, subsidia os processos criativos e, logo, o surgimento de um conhecimento novo, o qual é chamado “inovação”. Geralmente, o que observamos mais contundentemente são novos produtos e conhecimentos gerados, *a priori*, de outro, sem haver, apesar disso, uma ruptura com o passado ou algo novo substancialmente.

Considerando o processo acima, destacamos dois elementos principais na teia que desvenda as atuais demandas profissionais para o setor produtivo e, conseqüentemente, para a educação de modo geral. São elas: a inovação tecnológica, que se relaciona diretamente com a inovação de ideias e produção de conhecimentos; e a flexibilidade, que se liga diretamente à maneira como os produtos e conhecimentos são produzidos, considerando sua relação com as perspectivas individuais dos consumidores e seu ciclo de vida útil, sempre mais comprimido.

Esses elementos os quais caracterizam uma suposta nova ordem societária, refletem diretamente na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, pois determinam novas exigências para a formação dos sujeitos, agora, diferentemente dos anos de fordismo, nos quais os indivíduos eram treinados a executar determinada função em alguma fase do processo produtivo e nela permaneciam sem alterações de cargo ou função, sem a necessidade de atualizar seu conhecimento em qualquer área específica do seu trabalho. Nessa fase de acumulação do capital, o profissional era alienado do saber mais completo e reduzido ao saber técnico operacional. Na atualidade, é priorizada uma formação que desenvolva nos sujeitos a capacidade de empregabilidade, a qual no entender de Leite (1997 *apud* OLIVEIRA, 2000, p. 225), é definida como “[...] a capacidade dos trabalhadores de se manterem empregados ou encontrar novos empregos, [...] a partir de suas possibilidades de resposta às exigências de maiores requisitos de qualificação demandados pelas mudanças tecnológicas do processo produtivo”.

Como a exigência por maior e melhor qualificação é crescente, o ensino tecnicista, predominantemente disseminado no período industrial, torna-se obsoleto e o nível

de ensino mínimo requerido para que um indivíduo ocupe um cargo no setor produtivo, seja ele de qualquer segmento, é cada vez mais alto. Por conseguinte, a busca constante de conhecimento tornou-se um elemento fundamental de inserção no mundo globalizado e condição para que se possa assumir uma posição de protagonista e não de mero espectador nesse processo, o que faz com que o sujeito seja, gradativamente, mais responsabilizado pelo seu sucesso ou insucesso, afastando o Estado dessa responsabilidade e trazendo à tona o conceito meritocrático de desenvolvimento individual e coletivo.

À educação tem se atribuído, dessa forma, valor de capital humano, como que numa retomada dessa corrente de pensamento liberal, mas com as devidas especificidades históricas que emergem na atual configuração do sistema capitalista de produção. Segundo Harvey (2011, p. 151)

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma renovação de interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas.

Em seus pressupostos, a teoria do capital humano traz implícita a ideia de que a educação superior deve estar associada ao que é funcional ao mundo do trabalho e da produção, responsabilizando as instituições educacionais, no geral, pela disseminação dos valores, saberes e atitudes relacionados à formação de “intelectuais orgânicos da sociabilidade capitalista” (NEVES; PRONKO, 2008), ou seja, intelectuais, pesquisadores que ao invés de lutar por uma mudança real na base social, rompendo com o modo de organização capitalista, trabalham muito mais desenvolvendo estratégias para a resolução das crises desse sistema, de forma que ele se perpetue, com suas práticas e formas cada vez mais elaboradas de exploração da classe trabalhadora. O processo educativo, segundo a teoria acima citada, visa uma formação unilateral, reduzindo-o, conforme Frigotto (1993, p. 40) “[...] à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de produção”.

É demandado, desse modo, que o indivíduo não estagne na formação inicial, mas busque uma formação contínua, porém autônoma para continuar aprendendo ininterruptamente, podendo então participar ativamente do mundo do trabalho. Nesse sentido, a união entre o conhecimento sistematizado e especializado junto à capacidade de aplicação desse conhecimento é subsídio para o desenvolvimento completo do homem, responsável por sua própria qualificação e inserção no mercado profissional.

A educação superior, sobretudo em nível de pós-graduação, nesse momento, é o meio pelo qual indivíduos, comunidades ou nações se apropriam de conhecimentos e competências específicas que os fazem ter “oportunidade³” de competir por um papel expressivo na sociedade, a qual impõe posturas cada vez mais dinâmicas e versáteis, relacionadas diretamente com inovação, flexibilidade e empenho na mudança. É exigido, com isso, que além da capacidade de refletir sobre a ação, o indivíduo/profissional possua a capacidade de refletir no momento da ação (reflexão-na-ação), a qual se constitui como “[...] a

capacidade de *agir e reagir* de forma apropriada perante situações mais ou menos complexas, através da *mobilização e combinação de conhecimentos, atitudes e procedimentos* pessoais, num *contexto* determinado, significativo e informado por *valores*” (ALONSO, 2006, p. 4).

Esse comportamento se relaciona ao conhecimento tácito, aquele conhecimento que, segundo Cassapo (2010, p. 1-2) é um conhecimento “[...] muito pessoal e difícil de ser codificado, ou seja, expresso por palavras. Por essência, é prático e é geralmente fruto de uma longa experiência, de uma convivência”, o qual tem como uma de suas principais características a união entre o conhecimento sistematizado (institucional/formal) e o “conhecimento de mundo” (cotidiano/experiências vividas).

De modo geral, o conhecimento como alicerce para o desenvolvimento da sociedade capitalista traz a educação para o centro das discussões sobre desenvolvimento nacional, colocando-a no patamar de “salvadora” da vida social e econômica, já que passam a considerá-la como agente indispensável para que os Estados-nações possam competir equitativamente em busca de se inserirem no cenário econômico mundial. A educação, em especial a educação superior, tem sido cogitada como o principal meio pelo qual uma sociedade pode assegurar seu papel em contexto universal de forma destacada. No entanto, é necessário que o Estado tome para si a responsabilidade de proporcionar o acesso à educação superior de qualidade em todos os seus níveis.

O desenvolvimento de uma nação, como uma economia ativa no cenário mundial, precisa ter uma política educacional que vise disseminar igualmente o conhecimento entre os diversos grupos sociais, sem discriminar quem pode e quem não pode financiar uma educação de qualidade, garantindo um mínimo de democracia e maiores possibilidades de competitividade no mercado global. Esse desenvolvimento deve ser percebido, “[...] como um fenômeno integral e sustentado no tempo e como um processo de natureza individual e coletiva [...]” (SÁ-CHAVES, 2001, p. 93). A educação apresenta-se como fundamental no difícil e complexo trabalho de conciliar crescimento econômico e desenvolvimento social, de maneira a garantir o desenvolvimento dos valores próprios de uma cidadania consciente, assim como as condições de seu exercício.

A exigência por melhores qualificações profissionais aumenta o fosso entre os que detém o conhecimento da última técnica e os que não o detém, conseqüentemente, entre os que exercem o trabalho simples e os que exercem o trabalho complexo (NEVES; PRONKO, 2008), sendo esse último o mais valorizado socialmente no paradigma atual de sociedade, mas nem por isso mesmo explorado pelo capital que o outro.

É fato que a educação e, conseqüentemente, a produção de conhecimento e tecnologias são fatores de desenvolvimento, mas acreditar que são os únicos responsáveis por isso, é acreditar numa vertente de visão unilateralista, economicista e reducionista de educação, haja vista que não se pode quantificar os seus reais efeitos sob a sociedade por se tratar de uma dimensão essencialmente subjetiva, de cunho social e principalmente de funções as mais diversas e multifacetadas.

3 A política de pós-graduação brasileira no contexto das novas demandas

O fenômeno da globalização e a reestruturação produtiva repercutiram, de maneira substantiva, na esfera educacional, sobretudo no que se refere à educação superior em todos os seus níveis, quer seja na graduação, quer seja na pós-graduação, uma vez que a necessidade de troca de informações e de conhecimentos aparece como sendo inerente à natureza desse nível de ensino. Nesse cenário, é importante compreender como esses fatos contribuem para mudar a dinâmica da pós-graduação brasileira, já que há um crescimento

demasiado de responsabilidades atribuídas a esse setor, tendo em vista a formação docente e a preparação de indivíduos especializados e cada vez mais aptos ao mercado de trabalho.

No Brasil, os caminhos da pós-graduação nacional começam a ser sistematizados sob a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que passa a coordenar a elaboração Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs) a partir de 1975. É importante salientar que esses Planos começaram a ser elaborados durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) e por isso vinham atender ao projeto de modernização do país idealizado pelos militares, defendendo a tese de que a educação era a força propulsora para que o país se modernizasse. Sendo assim, a educação, em todos os seus níveis, inclusive a pós-graduação, adquire valor de capital humano, pois seria a responsável pela formação qualificada de que necessitava o desenvolvimento do país.

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação demonstram que até então não há uma pós-graduação desarticulada dos interesses econômicos, que leve os indivíduos a pesquisarem, independentemente das exigências de mercado. A pós-graduação, como parte de um contexto em intenso processo de reestruturação, esteve atrelada ao projeto político mais amplo de desenvolvimento do sistema capitalista, em detrimento de projetos focados no desenvolvimento humano e social. Para efeito deste trabalho, serão evidenciadas as diretrizes contidas no V PNPG (2005-2010), que traz em sua concepção as nuances das novas exigências da sociedade atual, sociedade do conhecimento e da informação. Nesse sentido, é textual, no documento elaborado:

[...] o sistema educacional é fator estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira. Ele representa uma referência institucional indispensável à formação de recursos humanos altamente qualificados e ao fortalecimento do potencial científico-tecnológico nacional. Cabe à pós-graduação a tarefa de produzir os profissionais aptos a atuar nos diferentes setores da sociedade e capazes de contribuir, a partir da formação recebida, para o processo de modernização do país (BRASIL, 2004, p. 8).

Ao enfatizar o fato de que a pós-graduação deve **produzir** profissionais, faz-se referência a uma lógica mercadológica, baseada na produção, como se a formação pudesse ser desenvolvida em larga escala, conforme a concepção de educação da “Teoria do Capital Humano”. Nessa visão, todo e qualquer investimento que uma nação faz em um indivíduo deve, necessariamente, voltar como forma de produtividade, a fim de alavancar a economia, sobretudo em países emergentes. O V PNPG enfatizou a necessidade da existência de uma relação direta entre o setor produtivo e a área acadêmica do Brasil, havendo, portanto, “[...] uma forte ideia de formar profissionais para serem absorvidos pela indústria e criar condições para o surgimento de novas empresas brasileiras a partir do conhecimento gerado na pós-graduação” (MANCEBO, 2008, p. 180).

Como princípios que devem nortear o desenvolvimento da pós-graduação no período de 2005-2010, o V PNPG estabelece: a) o incentivo à mobilização permanente da comunidade acadêmica nacional; b) o incentivo a um processo contínuo de integração com a comunidade científica internacional, pela CAPES e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); c) Preservação e aprimoramento das conquistas realizadas pelo sistema nacional de pós-graduação; d) a expansão do sistema de pós-graduação deve resultar em um significativo aumento do número de pós-graduandos, do sistema de ciência e tecnologia e do setor empresarial.

Diretrizes como a da internacionalização e adequação da educação superior ao mercado se apresentam como objetivos claros à pós-graduação, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do país, bem como seu poder de competitividade na esfera mundial. A globalização, com o aparato das tecnologias e do avanço dos meios de transporte traz para a agenda do momento uma tendência evidenciada como forte para a educação superior, que é a internacionalização. Quanto a isso, Barbalho (2007, p. 60) afirma que esse processo, “tanto em nível de pesquisa quanto em nível de ensino, vem se firmando paralelamente ao processo de globalização e vem se configurando como uma conjuntura delimitada pela tendência de categorizar a educação como serviço”.

Além da tendência à internacionalização, há uma intensa disseminação da ideia de flexibilização dos cursos de pós-graduação. Para responder às exigências por maiores graus de qualificação profissional nesse nível educacional, surgem os mestrados e doutorados profissionais, os quais têm projetado um número ascendente de novos programas a partir de seu reconhecimento pela Portaria nº 080, de 16 de dezembro de 1998, emitida pela CAPES.

Regulamentado pela Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho de 2009, o mestrado profissional é criado para atender às necessidades do mercado produtivo no que concerne às técnicas e processos que gerem um melhor desempenho desse mercado. Ele se diferencia do mestrado acadêmico por focar mais a apropriação e aplicação do conhecimento de maneira prática e eficaz em virtude da solução de problemas imediatos de empresas, organizações públicas e privadas, a fim de possibilitar maior competitividade e produtividade desses segmentos no mercado. Trata-se de um segmento da educação pós-graduada em que as empresas podem intervir diretamente, inclusive, provendo tais cursos em seu próprio espaço, o que faz com que o indivíduo, além do trabalho normal prestado à empresa, a auxilie por meio de seus estudos. Sendo, também, mais fácil para as universidades privadas proverem esses cursos, já que é possível barateá-los através de parcerias com empresas. Diante de reformas educacionais como essas, geradas desde meados da década de 1990, e que se intensificam nos dias atuais, é preciso pensar que se há correspondência entre o que se faz na universidade e as exigências estabelecidas pela sociedade, e se essa instituição não está nem fora nem acima da sociedade, sendo sua parte constitutiva, é porque as circunstâncias impõem as necessidades. Todavia, pensar o sentido dessas exigências deve fazer parte de sua natureza, e não somente a procura por um modo mais eficiente no atendimento às demandas sociais (GUIMARÃES, 2008).

É importante considerar o crescente volume de conhecimento e informação disseminados mundialmente. Contudo, no contexto de uma sociedade amparada pelo ideário neoliberal capitalista, esse processo se apresenta de maneira contraditória e desigual, pois nem todos têm acesso aos conhecimentos e/ou informações necessários à sua inserção produtiva no mundo do trabalho. Além disso, incorremos, muitas vezes, em dois erros básicos da relação educação e trabalho: o primeiro, de que a educação tem por finalidade exclusiva e única de formar para o mercado de trabalho e a segunda, de que a massificação da educação superior em todos os seus níveis terá como consequência imediata a inclusão social, em empregos e salários melhores. Segundo Lima (2007, p. 20-21),

[...] um sistema de aprendizagem subordinado a objetivos funcionais e de adaptação às *necessidades* da economia e do mercado de trabalho que viesse a suceder-se em larga escala na produção dos perfis e das competências exigidos, estaria condenado ao colapso, pois em tal situação as vantagens competitivas e o aperfeiçoamento individual seriam partilhados por todos, ou pela maioria dos indivíduos, deixando, portanto de ser vantajosos e competitivos. Em tal caso seriam imediatamente substituídos por novos

requisitos e distribuídos considerados mais selectivos e menos distribuídos estatisticamente no interior de uma dada população.

A diretriz econômica que direciona os processos educativos nos países em desenvolvimento tem se caracterizado por um discurso, pois a realidade que afeta os indivíduos diretamente em seu meio social, econômico, político e cultural é outra. A adoção dos princípios neoliberais fomenta a ideia da educação superior se tornar um serviço que deve ser comprado, em detrimento de educação como bem público e, por conseguinte, direito de todos, fomentando a desigualdade social e a supervalorização do capital.

A flexibilização da pós-graduação, com vistas a uma maior eficiência dos resultados das pesquisas, tanto no que se refere a sua oferta (nacional ou internacional), como ao seu formato (acadêmico ou profissional), tem seguido uma linha que a leva para uma adequação às exigências do setor produtivo em detrimento do desenvolvimento e estabelecimento de uma cultura acadêmica pautada na pesquisa elaborada, “desinteressada”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Na atualidade, as políticas educacionais implementadas para a educação superior procuram se adequar às novas exigências do mercado de trabalho. No curso da inovação das formas de organização e gestão do sistema produtivo, novas qualificações são exigidas no tocante aos trabalhadores. Pressupõe-se, agora, a anexação de um maior nível de ciência e tecnologia à base de produção pelo uso da microeletrônica que, em consequência, determina densas mudanças nos processos educativos, exigindo novos conhecimentos e habilidades que devem ser adquiridas de forma permanente.

Os defensores da “Teoria do Capital Humano” argumentam que há uma estreita relação entre o percurso educativo e ocupacional de cada pessoa e, dessa forma, tornam-se significativas, na sua inserção e no progresso profissional, a quantidade e a qualidade da educação por ela recebida. Essa premissa também é aceita e difundida por organismos internacionais de cooperação e financiamento, entendendo que, em nível de sistema produtivo, o grau de qualificação dos trabalhadores é um item imperativo no que se refere ao aumento da produtividade e competitividade da economia.

Com as reformas implementadas na década de 1990, sobretudo no período pós-LDB nº 9394/96, em toda a educação superior foram verificadas mudanças que repercutiram na configuração desse nível de ensino, gerando tendências como a diversificação, a expansão e a internacionalização. Essas tendências foram incorporadas ao V PNPG e trouxeram um novo redimensionamento a Pós-graduação, que tem procurado se adaptar às novas exigências da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Luísa. Formação ao longo da vida e aprender a aprender. In:_____. **Debate Nacional sobre Educação**. 2006. p. 1-8. Disponível em: <<http://www.debatereducacao.pt/relatorio/files/CpIV16.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2010.

BARBALHO, Maria Goretti Cabral. A educação superior: tendências e estratégias de expansão na América Latina e no Brasil. In: CABRAL NETO, Antônio *et al.* (Orgs.). **Pontos e contrapontos da política educacional**: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Líber Livros, 2007.

BRASIL. **Portaria Nº 080, de 16 de dezembro de 1998**. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dpp/stricto/portaria_capes.pdf> Acesso em: 28 maio 2010. (Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências).

_____. Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de jun. de 2009.

_____. MEC/CAPES. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010**. Brasília, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao>> Acesso em: 06 maio 2010.

CASSAPO, Filipe M. **O que entendemos exatamente por conhecimento tácito e conhecimento explícito**: informação, conhecimento e percepção. p. 1-9. Disponível em: <<http://www.redeinovacao.org.br/LeiturasRecomendadas/O%20que%20entendemos%20por%20Conhecimento%20T%20C3%A1cito%20e%20Expl%20C3%ADcito.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2010.

CASTRO, Alda Duarte Araújo de.; LAUANDE, Maria de Fátima R. F. Formação de professores da educação básica em nível superior: uma exigência da sociedade da comunicação e da informação. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob.; CABRAL NETO, Antônio.; NASCIMENTO, Ilma Vieira (Orgs.). **Políticas para a educação superior no Brasil**: velhos temas e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2009.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação como capital humano: uma teoria mantenedora do senso comum. In: _____. **A produtividade da escola improdutiva**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GUIMARÃES, Ged. Universidade: reforma ou outra configuração? In: ANDES. **Universidade e Sociedade**, Brasília: n. 41, jan. 2008, ano XVII, p. 43-49.

HARGREAVES, Andy. **O ensino na sociedade do conhecimento**: a educação na era da insegurança. Porto: Porto, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, Licínio C. **Educação ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miró**. São Paulo: Cortez, 2007.

MANCEBO, Deise. Reflexões sobre a pós-graduação no Brasil: novos rumos e pragmatismo como fundamento. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Orgs.). **Educação superior no Brasil e diversidade regional**. Belém: EDUFPA, 2008.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Fellini. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SÁ-CHAVES, Idália. Informação, formação e globalização: novos ou velhos paradigmas? In: ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SEIXAS, Ana Maria. Políticas educativas para o ensino superior: a globalização neoliberal e a emergência de novas formas de regulação. In: STOER, Stephen R.; CORTESÃO, Luiza; CORREIA, José Alberto (Orgs.). **Transnacionalização da educação: da crise da educação à “educação” da crise**. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

TEICHLER, Ulrich. La universidad y el aprendizaje de por vida. **Reformas de los modelos de la educación superior en Europa, Japón e América Latina: análisis comparados**. Buenos Aires: Miño y Dávila editores, 2006.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsa de fomento: CAPES.

² Nomeamos de “inovação” não apenas a criação de um novo equipamento ou produto que possa ser materialmente visualizado, mas também toda a cognição que leva à produção desses materiais e/ou conhecimentos e que por isso nos faz considerar também as Ciências Humanas e Sociais como áreas inclusas no processo de inovação tecnológica de modo geral.

³ É importante compreender que essa “oportunidade” se trata, muitas das vezes, de falácia, pois de acordo com Harvey (2011, p. 141 -143), “A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘friccional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical [...]”. Nesse caso, se o desemprego é causado por fatores estruturantes da sociedade, ele não depende somente das capacidades e aptidões dos indivíduos, mas da predisposição do Estado de diminuir a taxa do mesmo. Entretanto, de acordo com a lógica do capital, essa taxa nunca será ou se aproximará de zero.